

Manaus Ambiental S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

Manaus Ambiental S.A.
(Companhia fechada)

Demonstrações Financeiras Individuais
Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Manaus Ambiental S.A.
(Companhia fechada)

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

A Administração da Manaus Ambiental S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e a correspondente demonstração financeira, referente aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, acompanhada do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

Mensagem da Administração

Desde junho de 2018, estamos promovendo uma transformação nos serviços de água e esgoto em Manaus. Através de pilares como respeito, transparência e relacionamento com a cidade, a Águas de Manaus trabalha firme no propósito de elevar os índices de saneamento básico na capital do Amazonas. Ao mesmo tempo que contribuimos para expandir a cobertura de água e esgoto, tivemos resultados consistentes, e o EBITDA apresentou aumento de 21,8% em 2020 em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 388,6 milhões. Uma série de desafios vem sendo superada desde que chegamos na cidade. Em 2020, o mundo inteiro encarou o desafio da pandemia de Covid-19. Nossa resiliência foi colocada à prova para manter um serviço essencial aos manauaras funcionando, afinal, a água tratada e coleta e tratamento de esgoto são aliados importantes no combate ao coronavírus. Durante o período de pandemia, trabalhamos para proteger os nossos mais de 1.700 colaboradores, implantamos o sistema de trabalho em home office e criamos novos serviços de atendimento, como o “Porta em Porta”, além do reforço nos canais virtuais. Como serviço essencial, nossos times de operação seguiram nas ruas, trabalhando na linha de frente com equipamentos de proteção individual, álcool em gel e cumprindo todas as medidas necessárias para resguardar a sua saúde.

Todos os protocolos adotados renderam a certificação Safeguard, da Bureau Veritas, para a Águas de Manaus no mês de setembro. Obter o selo foi uma conquista que reforça a preocupação da empresa com o bem-estar de cada colaborador. O esforço da concessionária também foi reconhecido com a premiação “100 Lugares Incríveis para Trabalhar 2020”, organizada pelo portal UOL e Fundação Instituto de Administração (FIA). Conseguir resultados desse nível, em dois anos e meio de atuação na cidade, mostra que estamos no caminho correto.

A pandemia ainda colocou em prática o nosso talento de “Profissionais Além da Conta”. A Águas de Manaus instalou pias em locais públicos e unidades do SAMU, doou kits de higiene em parceria com o Unicef e cestas básicas para a população vulnerável, forneceu EPI's para profissionais da saúde, levou água até o hospital de campanha municipal, comprou máscaras de costureiras locais e distribuiu para comunidades vulneráveis e tem fornecido diariamente 70 mil litros de água com hipoclorito concentrado para a Prefeitura, que os utiliza na sanitização de locais públicos da cidade. Nos períodos mais críticos do isolamento físico, ficamos ainda mais próximos da população, reforçando nossos laços com a cidade.

Provamos, ao longo de 2020, que é possível adaptar nossos objetivos e seguir em frente. Cumprimos todas as metas estabelecidas no contrato de concessão para o ano e até superamos algumas delas.

Através do programa Vem Com a Gente (VCG) levamos água tratada e dignidade para milhares de pessoas na cidade. Desde o início do programa, mais de 247 mil imóveis foram atendidos pelo programa,

beneficiando mais de 1,2 milhão de pessoas. Pessoas que passaram a receber água 24h por dia de maneira regular. Já implantamos 80 quilômetros de novas redes de abastecimento nestes locais e planejamos chegar a 150 quilômetros até o fim de 2021. Com a regularização dessas áreas, toda população do entorno é beneficiada, uma vez que a distribuição se dá de forma otimizada e sem desperdício. O VCG foi um dos projetos que conferiu à Águas de Manaus o Prêmio Cases de Sucesso em Água e Saneamento 2019, da Rede Brasileira do Pacto Global da Organização da Nações Unidas (ONU).

Vamos também continuar ampliando o número de famílias beneficiadas pela tarifa social que, atualmente, é de 63 mil. São famílias de baixa renda para as quais a concessionária concede 50% de desconto na conta de água. Dessa forma, além de agregarmos novas economias ativas, ampliamos o acesso ao saneamento básico e à saúde.

Em 2021, a Águas de Manaus seguirá crescendo, cuidando da cidade e de nossos colaboradores. Desde junho de 2018, já foram investidos mais de R\$ 384 milhões no saneamento básico da capital amazonense. Com relação ao abastecimento de água, os sistemas construídos para acompanhar o crescimento vegetativo de Manaus e abastecer comunidades da região do Tarumã, na zona Oeste, vão começar a operar em 2021. A estrutura conta com 35 mil metros de novas redes de água, quatro poços profundos (CPAS) e dois reservatórios. Aproximadamente 13 mil pessoas devem ser beneficiadas com os novos sistemas. Entre as localidades contempladas, está o primeiro bairro indígena oficialmente reconhecido em Manaus, o Parque das Tribos. Com isso, 98% da cidade seguirá abastecida pela concessionária com água tratada. O sistema de esgotamento sanitário, que hoje atende 22% da cidade, deve chegar aos 25% até o fim do ano, cumprindo a meta estabelecida no contrato. Serão implantadas novas redes de coleta e algumas ETE's ativas passarão por intervenções de melhorias. A Estação de Tratamento Prourbis, no bairro Jorge Teixeira, que passa por revitalização, deve entrar em operação. Com três mil metros quadrados, a ETE vai beneficiar mais de 7 mil famílias na zona Leste de Manaus. Em paralelo a isso, vamos avançar nos projetos de ampliação do serviço. Até o fim desta década, Manaus terá 80% de esgoto coletado e tratado.

Encerramos 2020 cientes de que temos muito trabalho pela frente e que podemos nos adaptar a qualquer ambiente. Por isso, estamos decididos a fazer de 2021 um ano de muitos avanços para Manaus.

Renato Medicis Maranhão Pimentel
Diretor Presidente

PERFIL DA COMPANHIA

A Manaus Ambiental S.A. ("Companhia" ou "Águas de Manaus") é uma sociedade anônima de capital fechado localizada no município de Manaus – AM. A Companhia foi constituída em 22 de junho de 1999, iniciando efetivamente suas operações em 4 de julho de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão com o Município de Manaus. O objeto do referido contrato consiste na execução, operação e exploração dos sistemas de abastecimento de água e esgoto na cidade de Manaus – AM. sob o regime de concessão e em caráter de exclusividade, pelo prazo de 45 anos.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

DESTAQUES FINANCEIROS

Destaques Financeiros (´000)	2020	2019	Δ %
Receita operacional líquida ¹	603.195	556.702	8,4%
Custos e despesas operacionais	(214.585)	(237.698)	-9,7%
EBITDA	388.610	319.004	21,8%
Margem EBITDA	64,4%	57,3%	0,0%
Resultado Financeiro	(34.095)	(113.750)	-70,0%
Lucro Líquido	266.521	137.912	93,3%

Receita Líquida

No ano de 2020, a receita operacional líquida¹ atingiu R\$ 603,2 milhões, um aumento de 8,4% em função, principalmente: (i) do reajuste tarifário ordinário de 3,97% ocorrido em fevereiro de 2020; e (ii) do aumento de 4,8% no volume faturado.

Economias³

A concessionária finalizou o ano de 2020 com 574,2 mil economias atendidas, um aumento de 10,6% com relação ao ano anterior, sendo 501 mil economias ativas de água e 70,2 mil economias ativas de esgoto.

No ano de 2020, o número de economias atendidas com água cresceu 10,8% e o número de economias atendidas com esgoto cresceu 9,1% na comparação com o ano anterior.

Economias ativas	2020	2019	Δ %
Água	501.016	452.291	10,8%
Esgoto	70.198	64.368	9,1%
Total	571.214	516.659	10,6%

Volume faturado

No ano de 2020, o volume faturado foi de 94.470 mil m³, representando um crescimento de 4,8% na comparação com o ano anterior decorrente, principalmente, da expansão da base de economias ativas.

¹ Exclui as receitas de construção (ICPC 01 e OCPC 05),

² Exclui os custos de construção (ICPC 01 e OCPC 05) e os efeitos de amortização

³ Economia: – Imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para o uso dos serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgoto. Ex: um prédio com 10 apartamentos possui uma ligação (um hidrômetro) e 10 economias

Volume faturado ('000 m³)	2020	2019	Δ %
Água	83.447	79.659	4,8%
Esgoto	11.023	10.491	5,1%
Total	94.470	90.150	4,8%

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos e Despesas ('000)	2020	2019	Δ %
Custos e despesas operacionais ¹	(214.585)	(237.698)	-9,7%
Amortização e depreciação	(47.652)	(45.945)	3,7%
Total	(262.237)	(283.643)	-7,5%

Em 2020, os custos e despesas, descontados os efeitos de amortização e depreciação e os custos de construção, somaram R\$ 214,6 milhões, uma redução de 9,7%. O principal fator que contribuiu para essa redução, foi o reconhecimento de R\$ 73,1 milhões na linha de outras receitas operacionais devido ao êxito, em março de 2020, de processo judicial com relação a inexigibilidade de PIS/COFINS sobre os serviços prestados. Esse evento foi parcialmente compensado pelo aumento nos custos e despesas com Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD e serviços de terceiros.

EBITDA

Em 2020, o EBITDA totalizou R\$ 388,6 milhões, um aumento de 21,8% com relação ano anterior. A margem EBITDA atingiu 64,4%, 7,1 p.p. acima de 2019. Esse resultado é decorrente, principalmente, do ganho na linha de outras receitas operacionais líquidas decorrente do processo judicial com relação a inexigibilidade de PIS/COFINS sobre os serviços prestados.

EBITDA ('000)	2020	2019	Δ %
Lucro Líquido	266.521	137.912	93,3%
(+) Resultado Financeiro	34.095	113.750	-70,0%
(+) Imposto sobre Lucro	40.342	21.397	88,5%
(+) Depreciação e Amortização	47.652	45.945	3,7%
EBITDA	388.610	319.004	21,8%
Margem EBITDA	64,4%	57,3%	7,1 p.p.

ENDIVIDAMENTO

Em 2020, a dívida bruta da Companhia foi de R\$ 875,1 milhões, um aumento de R\$ 397,6 milhões com relação ao ano anterior, em função principalmente da 2ª emissão de notas promissórias no montante de R\$ 300 milhões, ocorrida em Jan/2020, e da 5ª emissão de debêntures simples no montante de R\$ 310 milhões, ocorrida em Mai/2020, com vencimento em 5 anos;

A concessionária encerrou o ano com caixa de R\$ 345,6 milhões.

A dívida total da Companhia é indexada ao CDI (46,8%), IPCA (35,7%), TJLP (13,7%), Selic (3,3%) e PRE (0,5%) e o custo da dívida ficou em 6,5% a.a. no ano de 2020.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S prestou os seguintes serviços:

Serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e revisão limitada dos respectivos trimestres.

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência desses profissionais. Esses princípios consistem, de acordo com as normas internacionalmente aceitas, em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções de gerência de seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes.

Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia contratou a Ernst & Young Auditores Independentes S/S apenas para realização de serviços relacionados à auditoria externa, conforme descritos acima.

As informações no comentário de desempenho sobre o Volume de Água e Esgoto Faturado, Número de Economias de Água e Esgoto, Índice de Perdas na Distribuição, Margem EBITDA e aspectos quantitativos sobre o EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Agradecimentos

Finalizando, queremos agradecer nossos usuários e acionistas pela confiança, aos nossos financiadores e prestadores de serviços pelo apoio e aos nossos colaboradores pelo esforço e dedicação.

Conselho de Administração

Radamés Andrade Casseb – Presidente do Conselho de Administração

Guillermo Deluca - Conselheiro

Medade Haoxavell Fernandes - Conselheiro

Composição da Diretoria

Renato Medicis Maranhão Pimentel – Diretor Presidente

Luiz Carlos Costa Couto – Diretor Executivo

Contador

Hugo Rafael Mitz
CRC PR 050369/O-4

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa.....	11
Demonstração do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	13

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Manaus Ambiental S.A.
Manaus – AM

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Manaus Ambiental S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Investigação envolvendo controlada da Aegea Saneamento e Participações S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea Saneamento”), controladora da Companhia, contratou escritório de advocacia e empresa de investigação independente para averiguação dos eventos sobre os procedimentos investigatórios da Polícia Federal, deflagrado em 11 de maio de 2017 na controlada Águas Guariroba S.A.. Até o presente momento os trabalhos dos consultores contratados e as medidas tomadas pelo Conselho de Administração relativas à operação da Polícia Federal mencionada acima não foram totalmente finalizados assim como a análise dos possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras da Aegea Saneamento. A Companhia não está no escopo das investigações. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Redução ao valor recuperável das contas a receber

A mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável das contas a receber necessita que a administração da Companhia faça o uso de julgamentos significativos relacionados aos dados, critérios e premissas utilizadas. Em função da estimativa envolver um elevado nível de julgamento por parte da administração e a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e levando em consideração as características específicas das concessões, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da administração acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela administração em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda e a classificação dos ativos entre as categorias privado, setor público e renegociações; (v) recálculo matemático dos índices de inadimplência; e (vi) inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes que justificassem a avaliação da administração com relação a parcelamentos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a redução ao valor recuperável das contas a receber, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.f. e 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas 3.e., 3.l., 9 e 10.

A mensuração do ativo de contrato de concessão e consequentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e intangível como área significativa de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) teste das adições do ativo de contrato de concessão e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios de capitalização de gastos ao ativo de contrato de concessão adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.e., 3.l., 9 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

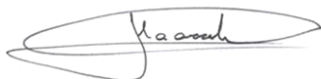
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6



José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Manaus Ambiental S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.342	8.352	Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	141.380	240.357
Aplicações financeiras	5	336.263	180.040	Fornecedores e empreiteiros	11	58.821	69.724
Contas a receber de clientes	6	281.117	251.910	Obrigações trabalhistas e sociais		10.677	8.625
Estoques		7.684	5.934	Obrigações fiscais		1.435	2.297
Impostos a recuperar	7	18.611	2.445	Parcelamento de impostos		150	146
Outros créditos		45.926	44.923	Imposto de renda e contribuição social		1.655	2.880
Total do ativo circulante		698.943	493.604	Dividendos a pagar	8	-	36.721
				Outras contas a pagar		1.239	3.547
				Total do passivo circulante		215.357	364.297
Aplicações financeiras	5	-	672				
Contas a receber de clientes	6	149.103	90.034	Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	733.754	237.210
Impostos a recuperar	7	120.223	-	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	-	121.176
Ativo fiscal diferido	20 b.	-	21.690	Parcelamento de impostos		1.223	1.339
Depósitos judiciais	13	5.646	128.715	Provisão para demandas judiciais	13	19.797	15.088
Outros créditos		43	-	Passivo fiscal diferido	20 b.	914	-
Total do realizável a longo prazo		275.015	241.111	Outras contas a pagar		5.744	5.980
				Total do passivo não circulante		761.432	380.793
Imobilizado		11.534	9.340	Total do passivo		976.789	745.090
Ativo de contrato da concessão	9	134.266	368.716				
Intangível	10	785.239	466.549	Patrimônio líquido	14		
Total do ativo não circulante		1.206.054	1.085.716	Capital social		612.044	612.044
				Reserva de lucros		167.978	121.487
				Reserva de incentivos fiscais		148.186	100.699
				Total do patrimônio líquido		928.208	834.230
Total do ativo		1.904.997	1.579.320	Total do passivo e patrimônio líquido		1.904.997	1.579.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Manaus Ambiental S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	15	736.826	773.094
Custos dos serviços prestados	16	(364.042)	(445.348)
Lucro bruto		372.784	327.746
Despesas de vendas, administrativas e gerais	17	(108.374)	(55.125)
Outras receitas operacionais	18	76.759	1.014
Outras despesas operacionais		(211)	(576)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		340.958	273.059
Receitas financeiras	19	81.936	32.237
Despesas financeiras	19	(116.031)	(145.987)
Resultado financeiro		(34.095)	(113.750)
Resultado antes dos impostos		306.863	159.309
Imposto de renda e contribuição social	20 a.	(40.342)	(21.397)
Lucro líquido do exercício		266.521	137.912
Lucro por ação			
Lucro por ação - Básico (em R\$)	23	0,44	0,23
Lucro por ação - Diluído (em R\$)	23	0,44	0,23
Quantidade média de ações		612.043.568	612.043.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Manaus Ambiental S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	<u>266.521</u>	<u>137.912</u>
Resultado abrangente total	<u><u>266.521</u></u>	<u><u>137.912</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Manaus Ambiental S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Nota	Reservas de lucros					Total do patrimônio líquido
	Capital social	Legal	Retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2019	612.044	4.432	33.295	72.169	-	721.940
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	137.912	137.912
Destinações:						
Reserva legal	14 b.	-	6.896	-	(6.896)	-
Reserva de incentivos fiscais	14 c.	-	-	28.530	(28.530)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14 d.	-	-	-	(25.622)	(25.622)
Retenção de lucros	14 e.	-	76.864	-	(76.864)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>612.044</u>	<u>11.328</u>	<u>110.159</u>	<u>100.699</u>	<u>-</u>	<u>834.230</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	266.521	266.521
Destinações:						
Reversão de incentivo fiscal			1.644	(1.644)		
Reserva legal	14 b.	-	13.326	-	(13.326)	-
Reserva de incentivos fiscais	14 c.	-	-	49.131	(49.131)	-
Dividendos intermediários referente ao exercício anterior	14 d.	-	(110.159)	-	-	(110.159)
Dividendos intercalares	14 d.	-	-	-	(62.384)	(62.384)
Retenção de lucros	14 e.	-	141.680	-	(141.680)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>612.044</u>	<u>24.654</u>	<u>143.324</u>	<u>148.186</u>	<u>-</u>	<u>928.208</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Manaus Ambiental S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		306.863	159.309
Ajustes para:			
Amortização e depreciação	16 e 17	47.652	45.945
Provisão (Reversão) para demandas judiciais	13 e 17	6.446	(1.115)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	6 e 17	100.486	89.773
Recuperação de títulos do contas a receber	6 e 17	(67.631)	(102.262)
Resultado na baixa de imobilizado		(18)	-
Resultado na baixa de intangível	10	108	328
Crédito de Pis/Cofins com decisão judicial	18	(72.211)	-
Juros sobre aplicações financeiras	5 e 19	(8.787)	(5.875)
Atualização monetária de crédito de Pis/Cofins com decisão judicial	19	(63.734)	-
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	12 e 19	35.555	8.741
Amortização do custo de captação	12	3.819	1.043
Ajuste a valor presente de clientes	6 e 19	4.511	25.635
Atualização monetária de provisão para demandas judiciais	13	173	(193)
Atualização monetária de depósitos judiciais	19	(1.089)	(4.827)
Pis/Cofins sobre receitas financeiras	13 e 19	3.808	1.499
		295.951	218.001
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) / Diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		(125.642)	(106.725)
Estoques		(1.750)	(810)
Impostos a recuperar		2.210	2.627
Depósitos judiciais		123.519	(2.577)
Outros créditos		5.600	(1.648)
Aumento / (Diminuição) dos passivos			
Fornecedores e empreiteiros		(10.903)	(12.347)
Obrigações trabalhistas e sociais		2.052	(156)
Obrigações fiscais		(862)	238
Parcelamentos de impostos		(112)	(63)
Pagamento de demandas judiciais	13	(12.367)	(20.146)
Outras contas a pagar		(3.086)	1.859
Juros pagos	12	(32.470)	(13.198)
Imposto de renda e contribuição social pagos	20 a.	(18.963)	(15.921)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		223.177	49.134
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras, líquidas		(156.250)	(165.182)
Juros recebidos	5	7.471	1.668
Aquisição de ativo de contrato da concessão	9	(118.627)	(200.455)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		(267.406)	(363.969)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	12	626.925	300.000
Custo na captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	12	(15.553)	(2.165)
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	12	(235.713)	(29.198)
Conta corrente líquida - partes relacionadas		(121.176)	45.793
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	14 d.	(209.264)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		45.219	314.430
Aumento / (Redução) em caixa e equivalentes de caixa		990	(405)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	8.352	8.757
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	9.342	8.352
Aumento / (Redução) em caixa e equivalentes de caixa		990	(405)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Manaus Ambiental S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Receitas	713.393	685.761
Serviços	603.489	558.128
Receita de construção	133.631	216.392
Outras receitas	76.759	1.014
Provisão de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(100.486)	(89.773)
Insumos adquiridos de terceiros	(353.284)	(449.559)
(Inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custo de construção	(133.631)	(216.392)
Custos dos serviços prestados	(150.722)	(149.298)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(68.931)	(83.869)
Valor adicionado bruto	360.109	236.202
Amortização e depreciação	(47.652)	(45.945)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	312.457	190.257
Valor adicionado recebido em transferência	81.936	32.237
Receitas financeiras	81.936	32.237
Valor adicionado total a distribuir	394.393	222.494
Distribuição do valor adicionado	394.393	222.494
Pessoal	34.424	38.580
Remuneração direta	24.289	27.746
Benefícios	8.337	8.515
F.G.T.S	1.798	2.319
Impostos, taxas e contribuições	52.078	31.508
Impostos federais	50.784	29.462
Impostos estaduais	44	129
Impostos municipais	1.250	1.917
Remuneração de capitais de terceiros	41.370	14.494
Juros	36.181	9.829
Aluguéis	5.189	4.665
Remuneração de capitais próprios	266.521	137.912
Dividendos e juros sobre capital próprio	62.384	25.622
Lucros retidos	204.137	112.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Manaus Ambiental S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado localizada no município de Manaus – AM. A Companhia foi constituída em 22 de junho de 1999, iniciando efetivamente suas operações em 4 de julho de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão com o Município de Manaus.

Em 15 de junho de 2018, a Aegea Saneamento e Participações S.A. através da controlada indireta Igarapé Sustentabilidade S.A., concluiu a operação de aquisição da totalidade das ações da Companhia de Saneamento de Manaus (“CSM”), que detêm, respectivamente, a totalidade das ações da Companhia.

O objeto do referido contrato consiste na execução, operação e exploração dos sistemas de abastecimento de água e esgoto na cidade de Manaus – AM, sob o regime de concessão e em caráter de exclusividade, pelo prazo de 45 anos.

O contrato e seus aditivos, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da concessão. As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) cobertura do serviço de água deverá atingir 98% até 2045; (ii) cobertura do serviço de esgoto deverá atingir 90% até 2045.

Segmento Operacional

A Administração da Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade de pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

COVID-19

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde “OMS”, declarou pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19). Com a disseminação dos casos no Brasil e com políticas de saúde preventivas, alguns Estados, adotaram medida de quarentena, determinando que os comércios e serviços não essenciais fossem fechados. Neste contexto, a Administração da Companhia vêm adotando, medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e a comunidade em que atua. Considerando a disseminação do vírus no Brasil e as implicações para a operação da Companhia, a controladora indireta Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegee”) acionou de imediato o seu Comitê de Crise, para garantir a segurança de seus funcionários, prestadores de serviços e de toda a população atendida, assegurando a prestação dos seus serviços de água e esgoto, essenciais para a sociedade.

Neste sentido, a Companhia implementou as seguintes medidas:

- Restrições com relação à circulação e a aglomeração de pessoas em suas dependências, como forma de evitar a disseminação do vírus, realizando apenas as viagens essenciais para manutenção das operações;
- Suspensão dos treinamentos presenciais e participação em eventos para todos os colaboradores;

- Orientação de regime de home office para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e isolamento de todos os funcionários classificados como de maior risco (acima de 60 anos e com doenças crônicas, conforme orientação dos entes públicos);
- Intensificação nos comunicados internos de medidas preventivas, disponibilização de canais de atendimento médico 24 horas para apoio aos funcionários e familiares e disponibilização de canais internos de comunicação aos funcionários, focados no atendimento relativo à pandemia;
- Otimização do uso de tecnologia para assegurar o atendimento virtual aos seus clientes, impactando o mínimo possível suas atividades administrativas e operacionais; e
- Implementação dos planos de contingências necessários para assegurar o fornecimento de água e o tratamento de esgoto nos municípios onde atuamos, que continuam em pleno funcionamento.

A Companhia também está monitorando potenciais efeitos no capital de giro decorrentes de eventual aumento do estoque de contas a receber, em virtude da restrição de circulação de pessoas em algumas localidades, e está tomando medidas que visem à preservação e otimização do uso de recursos.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seus negócios, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas demonstrações financeiras. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia está confiante de que irá superar o impacto do COVID-19, garantindo a qualidade nos serviços prestados à população.

Investigações envolvendo colaboradores vinculados à ex-controlada e controlada da Aegea Saneamento e Participações S.A.

Conforme a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controladora Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegee”), relativas a 31 de dezembro de 2020 e divulgada no dia 19 de fevereiro de 2021, alguns colaboradores vinculados à ex-controlada Aegea Engenharia e Comércio Ltda. e à controlada Águas Guariroba S.A. foram alvo de procedimentos investigatórios, no âmbito das Operações Sevandija (conduzido pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado de São Paulo - GAECO) e Operação Lama Asfáltica (conduzida pela Polícia Federal), deflagradas, respectivamente, em 1º de setembro de 2016 e 11 de maio de 2017. Cabe informar que o Conselho de Administração da Aegea contratou escritórios de advocacia e empresa de investigação independentes, com o objetivo de realizar investigação independente para apurar as alegações de fato apontadas nas duas operações. Esclarece que a Companhia não está no escopo de nenhuma das duas investigações conduzidas pelas autoridades já mencionadas, sendo essas relacionadas tão somente às já citadas ex-controlada e controlada. No mais, a Aegea permanece no firme propósito de colaborar com as autoridades para elucidação dos fatos e tomar medidas que eventualmente se fizerem necessárias.

Em relação ao evento supracitado, relacionado à ex-controlada Aegea Engenharia e Comércio Ltda. no âmbito das Operações Sevandija, a Aegea divulgou fato relevante em 29 de outubro de 2020, informando que foi homologado Acordo de Não Persecução Cível celebrado entre a ex-controlada Aegea Engenharia e Comércio Ltda., com o Ministério Público do Estado de São Paulo, o Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto - DAERP e o município de Ribeirão Preto, tendo a Aegea ingressado como garantidora das obrigações financeiras de responsabilidade direta da Aegea Engenharia (“Acordo”), pelo qual a Aegea Engenharia, na qualidade de responsável financeira, se comprometeu a pagar o valor de R\$ 40.000 (que serão atualizados até a data do pagamento), ao DAERP, além de ter assumido outras obrigações usuais nesse tipo de transação.

As obrigações estabelecidas no Acordo de Não Persecução Cível foram devidamente cumpridas, inclusive o pagamento do valor de R\$ 40.000 pela Aegea Engenharia, de modo que as alegações contra a Aegea e sua ex-controladas nos processos administrativos e judiciais vinculados à referida operação não mais subsistem, afastando-se quaisquer riscos à Aegea e sua ex-controlada relativamente ao tema.

Os termos e condições do Acordo são sigilosos, nos termos da legislação aplicável, tendo as Partes signatárias do Acordo outorgado mutuamente quitação das obrigações decorrentes do contrato celebrado em Ribeirão Preto, o que decorre no encerramento dos processos administrativos, bem como atendem ao melhor interesse da Aegea, seus acionistas e stakeholders visando resolver de forma definitiva a questão.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 26 de fevereiro de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

- Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6);
- Definição de vida útil do ativo imobilizado;
- Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa nº 10);
- Reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 13);
- Reconhecimento de receita (nota explicativa nº 15); e
- Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa nº 20).

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita de contrato com cliente

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Abaixo, estão descritas as informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes.

(i) *Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto*

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(ii) *Outros serviços indiretos de água e esgoto*

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento.

(iii) *Receitas de construção ativo intangível*

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

b. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, que é mensurado inicialmente ao preço da operação, ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Compensação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

c. Estoques

Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

- As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado do exercício corrente e comparativo são as seguintes: móveis e utensílios 10 a 15 anos, equipamentos de informática 3 a 15 anos e veículos, máquinas e equipamentos 5 a 15 anos.

A vida útil do direito de uso é estabelecida de acordo com o prazo de cada arrendamento estabelecido em contrato, levando em consideração os fatos e circunstâncias relevantes para manter ou rescindir, exercer ou cancelar a opção de prorrogar o contrato conforme o caso.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “I” e custos de desenvolvimento e aquisição de sistemas informatizados. São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;

- reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber e ativos contratuais

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais. A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência.

As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 21.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h. Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

i. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos e atualização monetária de crédito de PIS/COFINS. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com encargos e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, ajuste a valor presente, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, e impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS). Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

k. Tributos

(i) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Subvenção governamental

A Companhia utiliza o benefício fiscal através de laudo constitutivo expedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, visando a modernização de empreendimento de infraestrutura, o direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicional, não restituíveis, calculados sobre o Lucro da Exploração das atividades incentivadas, vigorando seus efeitos desde de janeiro de 2012 à dezembro de 2021. Em 21 de agosto de 2020 a Companhia ingressou com pedido de renovação do incentivo para mais 10 anos. O próximo ciclo está em processo documental, aguardando aprovação pelo órgão competente.

Face à existência do incentivo fiscal, a alíquota efetiva do Imposto de Renda somado à contribuição social é calculada à 15,25% (25% de IRPJ - 75% de redução do incentivo fiscal + 9% de CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Em contrapartida a Companhia deverá atender algumas obrigações, como o valor do imposto que deixar de ser pago, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e, após seu reconhecimento em conta de resultado pelo regime de competência, constituirá reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

Imposto corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação e o lucro correspondente a operações com Órgãos Públicos ainda não recebidos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Exposições fiscais

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

I. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

Em consideração à orientação contida nos itens 12 a 14 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, (equivalente ao IFRIC 12 nas normas internacionais de contabilidade - IFRS), não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

m. Capitalização dos custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, (equivalente ao IAS 23 nas normas internacionais de contabilidade - IFRS).

n. Demonstração de valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

o. Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício.

O lucro por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

p. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas e alterações entraram em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020. A Companhia concluiu que as seguintes normas novas e alteradas não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os *inputs* - entradas de recursos e processos necessários para criar *outputs* - saída de recursos.

- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*.

- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

q. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas que entrarão em vigor para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17 - Contratos de seguro
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

r. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2020	2019
Caixa	5	73
Bancos conta movimento	9.337	8.279
	<u>9.342</u>	<u>8.352</u>

Os saldos de caixa e bancos conta movimento compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	2020	2019
Aplicações pós-fixadas	99,73 % do CDI	Janeiro/2021 a Agosto/2022	256.949	136.065
Fundo de Investimento Safira	77,21% do CDI	Indeterminado	18.971	44.647
Fundo de Investimento BB	84,88% do CDI	Indeterminado	60.343	-
			<u>336.263</u>	<u>180.712</u>
Circulante			336.263	180.040
Não circulante			-	672

As aplicações financeiras pós-fixadas apresentadas no ativo circulante referem-se a operações compromissadas, que podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada.

As aplicações financeiras pós-fixadas apresentadas em 31 de dezembro de 2019 no não circulante referem-se a Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas que, embora de liquidez diária, são apresentadas no não circulante por estarem vinculadas aos empréstimos que a Companhia captou em exercícios anteriores. A cláusula contratual determina que a Companhia deve manter em conta reserva ou apresentar carta fiança, durante toda a vigência do contrato, saldo que corresponda o equivalente a 3 contraprestações mensais. Em junho de 2020 a Companhia optou por apresentar carta fiança a fim de cumprir a exigência contratual, portanto não há valores reconhecidos no não circulante em 31 de dezembro de 2020.

As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento, gerido pela Capitania S.A., correspondem a aplicações em um fundo de investimentos multimercado crédito privado, não exclusivo, devidamente registrado junto a CVM. As cotas não têm prazo de vencimento, sendo resgatáveis a qualquer momento conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (“CDB”), Operações Compromissadas, Letras Financeiras e, Títulos Públicos conforme previsto em sua política de investimentos.

O fundo gerido pelo Banco do Brasil corresponde a aplicação em fundo de investimento com a carteira composta por títulos públicos, não exclusivos, devidamente registrados junto à CVM. As cotas são resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia.

As aplicações financeiras são destinadas a cumprir com o orçamento de capital face à necessidade de investimento na infraestrutura.

Movimentação das aplicações financeiras

	2020	2019
Saldo inicial	180.712	11.833
Aplicações	1.352.412	473.101
(-) Resgate de principal	(1.196.161)	(307.910)
(-) Resgate de juros	(7.471)	(1.668)
(-) Incidência de IR	(2.015)	(510)
(-) Incidência de IOF	(1)	(9)
Juros no exercício (nota explicativa nº 19)	8.787	5.875
Saldo final	336.263	180.712

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Faturamento de serviços de água e esgoto	644.396	564.734
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	25.790	24.664
(-) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(239.966)	(247.454)
	430.220	341.944
 Circulante	 281.117	 251.910
Não circulante	149.103	90.034

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está assim representado:

		Saldos vencidos - 2020					Total em
Classe de consumidor	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias	Total	
Residencial	33.445	77.407	45.999	76.631	58.481	258.518	291.963
Comercial	4.518	16.024	12.977	18.207	10.801	58.009	62.527
Industrial	112	559	526	1.660	920	3.665	3.777
Setor público	3.717	5.900	7.472	9.395	7.670	30.437	34.154
Subtotal consumidores	41.792	99.890	66.974	105.893	77.872	350.629	392.421
Renegociações (i)	206.833	19.259	10.220	8.382	7.281	45.142	251.975
	248.625	119.149	77.194	114.275	85.153	395.771	644.396

		Saldos vencidos - 2019					Total em
Classe de consumidor	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias	Total	
Residencial	30.616	71.117	48.392	61.732	99.269	280.510	311.126
Comercial	4.382	14.246	8.772	6.913	26.928	56.859	61.241
Industrial	140	804	1.021	867	1.388	4.080	4.220
Setor público	5.682	6.771	5.371	3.171	4.614	19.927	25.609
Subtotal consumidores	40.820	92.938	63.556	72.683	132.199	361.376	402.196
Renegociações (i)	134.729	12.824	5.373	6.319	3.293	27.809	162.538
	175.549	105.762	68.929	79.002	135.492	389.185	564.734

- (i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2020 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 34.892, calculados individualmente para cada fatura com base na taxa de 5,91% a.a. (R\$ 30.381 e 5,92% a.a. em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020 foram registrados no resultado do exercício o montante de R\$ 4.511 de ajuste a valor presente (R\$ 25.676 em 31 de dezembro de 2019).

A Administração da Companhia tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas está o parcelamento de débitos e um programa recorrente de cortes.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa têm a seguinte movimentação em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Natureza	Saldo em 2019	Resultado		Saldo em 2020
		Adições	Reversões (iii)	
Privado (ii)	(188.307)	(41.445)	107.974	(121.778)
Público	(1.621)	(1.245)	-	(2.866)
Renegociações	(57.526)	(66.210)	8.414	(115.322)
	<u>(247.454)</u>	<u>(108.900)</u>	<u>116.388</u>	<u>(239.966)</u>

Natureza	Saldo em 2018	Resultado		Saldo em 2019
		Adições	Reversões	
Privado (ii)	(143.634)	(55.367)	10.694	(188.307)
Público	(6.111)	(1.160)	5.650	(1.621)
Renegociações	(7.937)	(49.604)	15	(57.526)
	<u>(157.682)</u>	<u>(106.131)</u>	<u>16.359</u>	<u>(247.454)</u>

As recuperações de títulos têm a seguinte movimentação no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Natureza	Resultado	
	Recuperações (iv)	Total em 2020
Privado (ii)	67.631	67.631

Natureza	Resultado	
	Recuperações (iv)	Total em 2019
Privado (ii)	99.908	99.908
Público	2.354	2.354
	<u>102.262</u>	<u>102.262</u>

- (ii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial
- (iii) No valor de R\$ 116.388 na coluna de reversões, R\$ 107.974 refere-se ao estorno da provisão para efetivação da baixa, tendo como contrapartida o próprio contas a receber, não tendo efeito no resultado do exercício.
- (iv) Títulos anteriormente baixados para o resultado foram recuperados com ação da Companhia por meio de cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa.

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração, com base nos termos supracitados, determinou que a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões, segregados entre as classes de usuários privados, públicos e renegociações.

7 Impostos a recuperar

	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.245	1.786
Créditos de PIS/COFINS com decisão judicial (i)	135.830	-
Outros	759	659
	138.834	2.445
 Circulante	 18.611	 2.445
Não circulante	120.223	-

- (i) Conforme nota explicativa nº 13, letra “c”, devido a decisão favorável do direito a inexigibilidade de PIS/COFINS sobre os serviços prestados, além do direito à restituição dos valores depositados judicialmente a Companhia reconheceu em março de 2020 os créditos tributários do período coberto pela ação judicial relativo aos valores efetivamente pagos, corrigidos pela SELIC. No dia 29 de julho de 2020, a Companhia formalizou pedido de habilitação do montante de R\$ 135.830, para sua compensação com demais tributos administrados pela Receita Federal do Brasil o qual foi deferido em 18 de setembro de 2020.

8 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, estão registradas no resultado do exercício, pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2020, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R\$ 5.951 (R\$ 5.094 em 31 de dezembro de 2019).

Controladora

A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações Ltda. e a controladora direta é a Companhia de Saneamento de Manaus, que detêm 100% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e companhias do mesmo grupo econômico.

As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo circulante		
Outros créditos partes relacionadas		
AESAN Engenharia e Participações Ltda.	37	-
(anteriormente denominada FEAA Participações Ltda.) (e)		
Companhia de Saneamento do Norte (e)	1	1
R3 Engenharia S.A. (e)	-	73
Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A. (c)	3.674	3.127
	<u>3.712</u>	<u>3.201</u>
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (g)	-	4.243
AESAN Engenharia e Participações Ltda.	6.390	-
(anteriormente denominada FEAA Participações Ltda.) (g)		
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	-	1.289
R3 Engenharia S.A. (g)	-	19.300
	<u>6.390</u>	<u>24.832</u>
	<u>10.102</u>	<u>28.033</u>
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 11)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	2.757	2.826
AESAN Engenharia e Participações Ltda.	1.928	-
(anteriormente denominada FEAA Participações Ltda.) (g)		
Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. (e)	209	295
Águas Guariroba S.A. (e)	1	1
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	553	460
LVE – Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	9	580
Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (e)	-	35
R3 Engenharia S.A. (g)	-	3.506
Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A. (d)	4.002	3.315
	<u>9.459</u>	<u>11.018</u>
Dividendos a pagar		
Companhia de Saneamento de Manaus	-	36.721
Passivo não circulante		
Contas correntes a pagar para partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (f)	-	121.176
	<u>9.459</u>	<u>168.915</u>
Resultado do exercício		
Custos dos serviços prestados		
GSS – Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	(6.371)	(5.666)
Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A. (d)	(37.440)	(33.085)
	<u>(43.811)</u>	<u>(38.751)</u>
Despesas de vendas administrativas e gerais		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(33.641)	(31.406)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(121)	(130)
	<u>(33.762)</u>	<u>(31.536)</u>
	<u>(77.573)</u>	<u>(70.287)</u>

- (a) Refere-se à serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados (“CAA” - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d’Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação.
- (b) Refere-se à serviços de implementação e manutenção de software prestados pela GSS – Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e serviços de locação de veículos prestados pela LVE – Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.
- (c) A natureza dos saldos mantidos em outros créditos refere-se substancialmente pela venda de infraestrutura de bombas de captação realizada em 2017 para a Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A. e a repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (d) A natureza dos saldos mantidos nas contas de fornecedores e custos dos serviços prestados referem-se substancialmente ao fornecimento de água tratada pela Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A.
- (e) Refere-se à repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (f) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no passivo não circulante, e referem-se a movimentações financeiras devido a centralização de caixa, sem prazo de vencimento e atualização. Em julho de 2020, a Companhia liquidou o montante total em aberto naquela data.
- (g) Há valores realizados com partes relacionadas que são classificados no grupo de ativo de contrato da concessão, os quais são de natureza operacional, em decorrência da contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário prestados pela Aegea Engenharia e Comércio Ltda., AESAN Engenharia e Participações Ltda. (anteriormente denominada FEAA Participações Ltda.) e R3 Engenharia S.A. Os contratos estão assim representados:

	Saldo em 2019	Movimento					Saldo em 2020
		Novos contratos	Transferências	Reprogramação/ Baixa (i)	Sub- contratação	Realizado	
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (anteriormente denominada FEAA Participações Ltda.)	-	2.789	727.706	(192.171)	(13.148)	(6.390)	518.786
R3 Engenharia S.A.	727.706	-	(727.706)	-	-	-	-
	<u>727.706</u>	<u>2.789</u>	<u>-</u>	<u>(192.171)</u>	<u>(13.148)</u>	<u>(6.390)</u>	<u>518.786</u>

- (i) Os serviços passaram a ser assumidos diretamente pela Companhia que contratará terceiros para sua execução.

Os valores apresentados acima representam o valor global dos contratos de prestação de serviço e são reconhecidos contabilmente por meio de medição física, sendo os serviços prestados por terceiros e por partes relacionadas.

9 Ativo de contrato da concessão

	2020	2019
Ativo de contrato da concessão	<u>134.266</u>	<u>368.716</u>

Referem-se ao direito contratual da Companhia de cobrar dos usuários os serviços públicos de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo Intangível (nota explicativa nº 10).

	2019	2020	
	Custo	Adições (i)	Transferências (ii)
Ativo de contrato da concessão	<u>368.716</u>	<u>133.631</u>	<u>(368.081)</u>
			<u>134.266</u>

	2018	2019
	Custo	Adições (i) Transferências (ii) Custo
Ativo de contrato da concessão	189.944	216.393 (37.621) 368.716

- (i) Os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram capitalizados R\$ 15.004 a uma taxa média de 6,12% a.a. (R\$ 15.938 e 7,93% a.a. em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Refere-se a transferência de ativo de contrato da concessão para ativo intangível à medida que as obras são concluídas e iniciam a fase de operação.

10 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2020			2019
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 30	3,6%	609.333	(248.886)	360.447	399.418
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 30	3,9%	813.791	(430.832)	382.959	28.537
Máquinas e equipamentos	de 10 a 30	7,5%	116.466	(76.305)	40.161	32.768
	de 15 a 30		766	(240)	527	
Outros componentes	30	3,5%				4.202
			1.540.356	(756.263)	784.094	464.925
Software						
Licença de uso de Software	05	20,0%	3.996	(2.850)	1.145	1.624
			3.996	(2.850)	1.145	1.624
			1.544.352	(759.113)	785.239	466.549

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2019			2018
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Instalações técnicas de saneamento	de 21 a 30	3,7%	974.809	(575.391)	399.418	410.965
Edificações de estações de tratamento	de 24 a 30	3,8%	67.416	(38.879)	28.537	15.651
Máquinas e equipamentos	de 10 a 26	9,9%	103.607	(70.839)	32.768	40.182
Outros componentes	de 10 a 30	3,6%	32.051	(27.849)	4.202	5.027
			1.177.883	(712.958)	464.925	471.825
Software						
Licença de uso de <i>Software</i>	05	20,0%	3.996	(2.372)	1.624	2.121
			3.996	(2.372)	1.624	2.121
			1.181.879	(715.330)	466.549	473.946

b. Movimentação do custo

Ativo	2019	2020			
	Custo	Adições - nota explicativa 8 item (ii)	Baixas (i)	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	974.809	110.497	-	(475.973)	609.333
Edificações de estações de tratamento	67.416	249.285	-	497.090	813.791
Máquinas e equipamentos	103.607	3.264	(934)	10.529	116.466
Outros componentes	32.051	5.035	1	(36.321)	766
	<u>1.177.883</u>	<u>368.081</u>	<u>(933)</u>	<u>(4.675)</u>	<u>1.540.356</u>
Software					
Licença de uso de Software	3.996	-	-	-	3.996
	<u>3.996</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.996</u>
	<u>1.181.879</u>	<u>368.081</u>	<u>(933)</u>	<u>(4.675)</u>	<u>1.544.352</u>

Ativo	2018	2019		
	Custo	Adições - nota explicativa 8 item (ii)	Baixas	Custo
Direito de exploração da infraestrutura				
Instalações técnicas de saneamento	952.502	22.307	-	974.809
Edificações de estações de tratamento	52.480	14.936	-	67.416
Máquinas e equipamentos	103.978	378	(749)	103.607
Outros componentes	32.051	-	-	32.051
	<u>1.141.011</u>	<u>37.621</u>	<u>(749)</u>	<u>1.177.883</u>
Software				
Licença de uso de Software	3.996	-	-	3.996
	<u>3.996</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.996</u>
	<u>1.145.007</u>	<u>37.621</u>	<u>(749)</u>	<u>1.181.879</u>

c. Movimentação da amortização

Ativo	2019	2020			
	Amortização acumulada	Adições	Baixas (i)	Transferências	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	(575.391)	(31.439)	-	357.944	(248.886)
Edificações de estações de tratamento	(38.879)	(7.168)	-	(384.785)	(430.832)
Máquinas e equipamentos	(70.839)	(6.389)	825	97	(76.305)
Outros componentes	(27.849)	(814)	-	28.423	(240)
	<u>(712.958)</u>	<u>(45.810)</u>	<u>825</u>	<u>1.679</u>	<u>(756.263)</u>
Software					
Licença de uso de Software	(2.372)	(478)	-	-	(2.850)
	<u>(2.372)</u>	<u>(478)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.850)</u>
	<u>(715.330)</u>	<u>(46.288)</u>	<u>825</u>	<u>1.679</u>	<u>(759.113)</u>

Ativo	2018	2019		
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura				
Instalações técnicas de saneamento	(541.537)	(33.854)	-	(575.391)
Edificações de estações de tratamento	(36.829)	(2.050)	-	(38.879)
Máquinas e equipamentos	(63.796)	(7.464)	421	(70.839)
Outros componentes	(27.024)	(825)	-	(27.849)
	<u>(669.186)</u>	<u>(44.193)</u>	<u>421</u>	<u>(712.958)</u>
Software				
Licença de uso de Software	(1.875)	(497)	-	(2.372)
	<u>(1.875)</u>	<u>(497)</u>	<u>-</u>	<u>(2.372)</u>
	<u>(671.061)</u>	<u>(44.690)</u>	<u>421</u>	<u>(715.330)</u>

- (i) O valor de R\$ 3.084 de baixas, líquido de amortização no valor de R\$ 2.471, está composto conforme segue:
- (a) Transferência para o ativo imobilizado no valor de R\$ 2.978, líquido da amortização no valor de R\$ 1.699, não houve impacto no resultado.
- (b) Baixa de R\$ 106, líquido de amortização no valor de R\$ 772, por alienação reconhecido em Outras Despesas Operacionais.

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil do ativo, dos dois o menor.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2020.

11 Fornecedores e empreiteiros

	2020	2019
Fornecedores de materiais e serviços	49.362	58.706
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	9.459	11.018
	<u>58.821</u>	<u>69.724</u>

12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Valor captado	2020	2019
Projeto BNDES	Pré 6,0% a.a., SELIC + 1,94% a.a. e TJLP + de 1,94% a.a.	Fevereiro/2021 a Junho/2029	237.663	237.663	124.163	138.907
Capital de giro	SELIC + 2,53% a.a.	Agosto/2023	30.000	30.000	28.930	31.569
Notas promissórias comerciais	CDI + 1,50% a.a.	Janeiro/2023	300.000	300.000	309.151	206.495
Debêntures	CDI + 1,40% a.a.	Julho/2021	100.000	100.000	100.419	100.596
Debêntures	IPCA + 6,25% a.a.	Junho/2025	310.000	310.000	312.471	-
					<u>875.134</u>	<u>477.567</u>
Circulante					141.380	240.357
Não circulante					733.754	237.210

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida – empréstimos e financiamentos

	2020
2022	41.194
2023	318.373
2024	19.802
2025	18.734
2026	11.958
2027 em diante	12.955
	<u>423.016</u>

Cronograma de amortização da dívida – debêntures

2025	<u>321.617</u>
Custo de captação (não circulante)	<u>(10.879)</u>
Total	<u>733.754</u>

Movimentação das dívidas:

	2020	2019
Saldo inicial	477.567	196.406
Captações	626.925	300.000
(-) Pagamentos do principal	(235.713)	(29.198)
(-) Pagamentos de juros	(32.470)	(13.198)
Provisão de juros (nota explicativa nº 19)	35.555	8.741
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão (nota explicativa nº 9, item “i”)	15.004	15.938
(-) Custo de captação do exercício	(15.553)	(2.165)
Amortização do custo de captação do exercício	3.819	1.043
Saldo final	<u>875.134</u>	<u>477.567</u>

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2020 totaliza o montante de R\$ 13.508 (R\$ 1.774 em 31 de dezembro de 2019), os quais foram reconhecidos conforme definições do IAS 32 e do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Entre maio de 2009 e novembro de 2014, a Companhia assinou contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e bancos repassadores da linha BNDES, cujos recursos foram destinados à implantação, ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Manaus, no valor nominal total de R\$ 237.663, já desembolsados. Os financiamentos têm vencimentos entre fevereiro de 2021 e junho de 2029. A operação com os bancos repassadores foi totalmente liquidada em fevereiro de 2020.

Em julho de 2018, a Companhia assinou contrato com o BNDES, destinado a Capital de Giro, no valor nominal total de R\$ 30.000. O financiamento tem vencimentos entre setembro de 2020 e agosto de 2023.

A Companhia concedeu garantias relacionadas a tais operações, dentre elas as mais importantes são: (i) garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A (“AEGEA”); (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes da Companhia; (iii) fiança bancária equivalente ao montante de até três parcelas vincendas dos financiamentos; e (iv) penhor das ações da Companhia.

Em junho de 2019, mediante a 1ª emissão, a Companhia emitiu 20 notas comerciais, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 200.000, que serão pagas em única parcela em junho de 2020. Essa operação contava com o aval da controladora indireta Aegea. Tal operação foi totalmente liquidada em janeiro de 2020.

Em julho de 2019, mediante a 2ª emissão, a Companhia emitiu 200 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$ 100.000, as quais serão pagas em uma única parcela no seu vencimento em julho de 2021 e os juros pagos trimestralmente a partir de outubro de 2019. Essa operação conta com o aval da controladora indireta Aegea.

Em janeiro de 2020, mediante a 2ª emissão, a Companhia emitiu 30 notas comerciais, em 3 (três) séries, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 300.000. Estas notas promissórias comerciais têm vencimentos em três parcelas anuais: em janeiro de 2021, para a 1ª série, janeiro de 2022, para a 2ª série e janeiro de 2023, para a 3ª série. A garantia relacionada a tal nota promissória comercial é garantia fidejussória assumida pela avalista controladora indireta Aegea.

Em maio de 2020, mediante a 3ª emissão, a Companhia emitiu 310.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$ 310.000, as quais serão pagas em uma única parcela no seu vencimento em junho de 2025 e os juros pagos semestralmente a partir de dezembro de 2020. A garantia relacionada a tal debênture é garantia fidejussória assumida pela controladora indireta Aegea.

A Companhia mantém em seus empréstimos, financiamentos e debêntures, garantias, restrições e covenants usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas, quantitativas e qualitativas, referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo cumpridas integralmente em 31 de dezembro de 2020.

13 Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributárias e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas esperadas com as ações em curso e depósitos judiciais, como segue:

Natureza	Depósitos judiciais		Demandas judiciais	
	2020	2019	2020	2019
Cíveis	1.640	1.882	5.764	4.397
Trabalhistas	2.421	2.729	6.525	7.164
Tributárias	1.585	124.104	7.508	3.527
	<u>5.646</u>	<u>128.715</u>	<u>19.797</u>	<u>15.088</u>

Movimentação da provisão para demandas judiciais

Natureza	2019	Resultado			Ativo de indenização (i)	PIS/COFINS sobre receitas financeiras (ii)	Atualização monetária sobre PIS/COFINS das receitas financeiras		2020
		Adições	Reversões	Pagamentos					
Cível	4.397	8.154	(2.393)	(10.567)	6.173	-	-	-	5.764
Trabalhista	7.164	705	(20)	(1.800)	476	-	-	-	6.525
Tributária	3.527	-	-	-	-	3.808	173		7.508
	<u>15.088</u>	<u>8.859</u>	<u>(2.413)</u>	<u>(12.367)</u>	<u>6.649</u>	<u>3.808</u>	<u>173</u>		<u>19.797</u>

Natureza	2018	Resultado			Ativo de indenização (i)	PIS/COFINS sobre receitas financeiras (ii)	Atualização monetária sobre PIS/COFINS das receitas financeiras		2019
		Adições	Reversões	Pagamentos					
Cível	1.503	7.953	(8.618)	(19.817)	23.376	-	-	-	4.397
Trabalhista	4.633	3.683	(4.133)	(329)	3.310	-	-	-	7.164
Tributária	2.221	-	-	-	-	1.499	(193)		3.527
	<u>8.357</u>	<u>11.636</u>	<u>(12.751)</u>	<u>(20.146)</u>	<u>26.686</u>	<u>1.499</u>	<u>(193)</u>		<u>15.088</u>

(i) Provisões sujeitas a reembolso conforme acordo de acionistas em combinação de negócios.

(ii) Este saldo é decorrente de eventual exigibilidade do PIS e da COFINS incidente sobre as receitas financeiras na Zona Franca de Manaus, que está sendo discutido na esfera judicial (nota explicativa nº 19).

Demandas judiciais possíveis

As demandas judiciais passivas não reconhecidas referentes a processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível somavam o montante de R\$ 28.837 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 219.379 em 31 de dezembro de 2019), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo:

a. Processos cíveis

A Companhia possui processos que correspondem principalmente a ações envolvendo exigências de prestação de serviço, pleitos de reequilíbrio de contrato de concessão e de serviços, anulação de ato de dação de pagamento, indenizações por danos materiais e morais. Em 31 de dezembro de 2020, totalizam R\$ 12.171 (R\$ 5.223 em 31 de dezembro de 2019), não existindo processo de valor individual significativo.

b. Processos trabalhistas

A Companhia possui processos que correspondem principalmente a pleitos de indenizações por danos materiais e morais e reclamações de horas extras e aviso prévio. Em 31 de dezembro de 2020, totalizam R\$ 9.154 (R\$ 7.664 em 31 de dezembro de 2019), não existindo processo de valor individual significativo.

c. Processos tributários

A Companhia possuía processo correspondente a questionamento sobre a inexigibilidade de PIS e COFINS sobre serviços prestados na Zona Franca de Manaus. Em 31 de dezembro de 2020, totaliza R\$ 0 (R\$ 206.002 em 31 de dezembro de 2019).

Em 02 de março de 2020, a Companhia obteve êxito no processo. Como efeito do trânsito em julgado da decisão favorável, a Companhia reconheceu no ativo não circulante e no resultado em março de 2020 os valores recolhidos no período de 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação, no montante de R\$ 135.945, sendo o principal no montante de R\$ 72.211 (nota explicativa nº 18) reconhecido em outras receitas operacionais e a atualização monetária no montante de R\$ 63.734 em receita financeira (nota explicativa nº 19).

No dia 29 de julho de 2020, a Companhia formalizou pedido de habilitação do montante de R\$ 135.830, para sua compensação com demais tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, o qual foi deferido em 18 de setembro de 2020.

Depósitos judiciais

Em consequência do trânsito em julgado do processo referente a não incidência do PIS e da COFINS sobre os serviços prestados na Zona Franca de Manaus, em maio de 2020 a Justiça Federal ressarciu o montante de R\$ 123.984.

A Companhia também possui depósitos judiciais no valor de R\$ 5.642 (R\$ 5.793 em 31 de dezembro de 2019), não existindo depósitos judiciais de valor individual significativo.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social integralizado é de R\$ 612.044 e está representado por 612.043.568 (seiscentos e doze milhões, quarenta e três mil e quinhentos e sessenta e oito) ações ordinárias nominativas, com valor nominal equivalente ao número de ações.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia de Saneamento de Manaus possui 100% de participação no Capital Social da Companhia.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de incentivo fiscal

A Reserva foi constituída com base no art. 11 da Resolução CD/CONDEL/SUDAM nº 65 de 29 de dezembro de 2017 do Ministério da Integração Nacional. A Companhia possui incentivo fiscal de redução da alíquota do Imposto de Renda em 75%, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

d. Dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da reserva de subvenção para investimento.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	266.521	137.912
(-) Constituição da reserva legal	(13.326)	(6.896)
(-) Constituição da reserva de subvenção para investimento	(49.131)	(28.530)
Lucro líquido ajustado	<u>204.064</u>	<u>102.486</u>
Dividendos destinados no exercício		
Dividendos destinados do resultado do exercício	62.384	25.622
Dividendos distribuídos do resultado de exercícios anteriores	110.159	-
	<u>172.543</u>	<u>25.622</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia declarou dividendos intercalares no montante de R\$ 62.384 e dividendos intermediários no montante de R\$ 110.159, sendo R\$ 51.016 imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social (R\$ 25.622 em 31 de dezembro de 2019).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia pagou integralmente os dividendos declarados no montante de R\$ 209.264.

e. Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

15 Receita operacional líquida

	2020	2019
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	515.965	473.516
Outros serviços indiretos de água	42.193	52.736
Serviços de esgoto	62.763	59.268
Receitas de construção ativo intangível	133.631	216.392
Total receita bruta	<u>754.552</u>	<u>801.912</u>
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(17.432)	(27.392)
(-) Impostos sobre serviços	(294)	(1.426)
Total da receita operacional líquida	<u>736.826</u>	<u>773.094</u>

16 Custos dos serviços prestados por natureza

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pessoal	(31.742)	(33.666)
Conservação e manutenção	(6.653)	(5.600)
Serviços de terceiros	(12.974)	(13.731)
Serviços de terceiros para tratamento de água	(37.440)	(33.085)
Materiais, equipamentos e veículos	(3.557)	(2.556)
Amortização e depreciação	(43.833)	(43.414)
Custo de concessão	(6.067)	(5.644)
Custo de construção ativo intangível	(133.631)	(216.392)
Energia elétrica	(66.039)	(67.832)
Produtos químicos	(15.767)	(18.752)
Locação	(3.523)	(2.536)
Outros	(2.816)	(2.140)
	<u>(364.042)</u>	<u>(445.348)</u>

17 Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pessoal	(9.278)	(11.448)
Conservação e manutenção	(3.279)	(3.911)
Serviços de terceiros	(42.539)	(40.871)
Materiais, equipamentos e veículos	(1.634)	(1.368)
Amortização e depreciação	(3.819)	(2.531)
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(100.486)	(89.773)
Recuperação de títulos do contas a receber	67.631	102.262
(Provisão) Reversão para demandas judiciais	(6.446)	1.115
Publicidade e propaganda	(2.779)	(2.764)
Locação	(1.666)	(2.129)
Outras	(4.079)	(3.707)
	<u>(108.374)</u>	<u>(55.125)</u>

18 Outras receitas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Crédito de PIS/COFINS com decisão judicial (i)	72.211	-
Outras receitas operacionais	4.548	1.014
	<u>76.759</u>	<u>1.014</u>

- (i) Conforme nota explicativa nº 13, letra “c”, em consequência do trânsito em julgado favorável do processo nº 0003477-5.2013.4.01.3200 ocorrido em 02 de março de 2020, referente a inexigibilidade de PIS e COFINS sobre a prestação de serviços, a Companhia reconheceu no resultado do período os valores de créditos de PIS e COFINS, no montante de R\$ 72.211, referente aos valores recolhidos no período de 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação.

19 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	8.920	6.168
Juros e multa recebidos ou auferidos	7.868	20.721
Atualização monetária de depósitos judiciais	1.089	4.827
Atualização monetária de crédito de PIS/COFINS com decisão judicial (ii)	63.734	-
Outras receitas financeiras	325	521
Receitas financeiras	<u>81.936</u>	<u>32.237</u>
Despesas		
Encargos e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 12)	(35.555)	(8.741)
Descontos concedidos	(62.294)	(102.228)
Despesas e comissões bancárias	(5.193)	(5.574)
Ajuste a valor presente de clientes (nota explicativa nº 6)	(4.511)	(25.635)
Impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS) (nota explicativa nº 13, item “ii”)	(3.808)	(1.499)
Outras despesas financeiras	(4.670)	(2.310)
Despesas financeiras	<u>(116.031)</u>	<u>(145.987)</u>
Resultado financeiro	<u>(34.095)</u>	<u>(113.750)</u>

- (i) As receitas de rendimentos de aplicações financeiras abrangem juros incorridos sobre as rubricas de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 133 registrados no resultado do exercício de 31 de dezembro de 2020 (R\$ 293 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Conforme nota explicativa nº 13, letra “c”, em consequência do trânsito em julgado favorável do processo nº 0003477-15.2013.4.01.3200 ocorrido em 02 de março de 2020, referente a inexigibilidade de PIS e COFINS sobre a prestação de serviços, a Companhia reconheceu no resultado do período os valores de créditos de PIS e COFINS, no montante de R\$ 63.734, referente a atualização monetária dos valores recolhidos no período de 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação.

20 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está apresentada como segue:

	2020	2019
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	306.863	159.309
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>(104.333)</u>	<u>(54.165)</u>
 Despesas/(Reversões) indedutíveis	 (14.930)	 805
Inovação tecnológica	73	46
Baixa de títulos do contas a receber	-	3.150
Redução da alíquota - Lucro de exploração (i)	77.676	27.914
PAT	1.148	853
Outras diferenças permanentes	24	-
 Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(66.869)	(47.203)
Diferido	(22.604)	(2.724)
Lucro da exploração	49.131	28.530
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(40.342)</u>	<u>(21.397)</u>
Alíquota efetiva	<u>13%</u>	<u>13%</u>

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos

	2020	2019
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados líquido do lucro da exploração	(17.738)	(18.673)
Saldo pagos referente a anos anteriores	(2.880)	-
Antecipação do IRPJ e CSLL	(150)	(638)
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	1.805	3.390
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	<u>(18.963)</u>	<u>(15.921)</u>
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente a retenções na fonte	150	510
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.655	2.880
Total	<u>1.805</u>	<u>3.390</u>

- (i) A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM visando a modernização de empreendimento de infraestrutura em sua área de atuação expediu o laudo constitutivo do direito à redução de 75% do Imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração da Companhia até o ano calendário de 2021.

b. Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2019	Resultado	2020
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	37.737	(1.142)	36.595
Provisão para participação nos lucros	236	242	478
Provisão para demandas judiciais (i)	1.448	788	2.236
Ajuste a valor presente de clientes	4.627	694	5.321
Arrendamentos CPC 06 (R2)	32	27	59
Ativo fiscal diferido	<u>44.080</u>	<u>609</u>	<u>44.689</u>
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão (ii)	(4.242)	(2.205)	(6.447)
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(270)	(1.790)	(2.060)
Baixa por perda de títulos do contas a receber	(17.878)	(19.180)	(37.058)
Correção depósito judicial	-	(38)	(38)
Passivo fiscal diferido	<u>(22.390)</u>	<u>(23.213)</u>	<u>(45.603)</u>
Passivo fiscal diferido líquido	<u>21.690</u>	<u>(22.604)</u>	<u>(914)</u>
	2018	Resultado	2019
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	24.047	13.690	37.737
Provisão para participação nos lucros	287	(51)	236
Provisão para demandas judiciais (i)	1.274	174	1.448
Ajuste a valor presente de clientes	717	3.910	4.627
Arrendamento CPC 06 (R2)	-	32	32
Ativo fiscal diferido	<u>26.325</u>	<u>17.755</u>	<u>44.080</u>
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão (ii)	(1.812)	(2.430)	(4.242)
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(99)	(171)	(270)
Baixa por perda	-	(17.878)	(17.878)
Passivo fiscal diferido	<u>(1.911)</u>	<u>(20.479)</u>	<u>(22.390)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>24.414</u>	<u>(2.724)</u>	<u>21.690</u>

- (i) O saldo está líquido do imposto diferido sobre ativo de indenização no montante de R\$ 783 (R\$ 852 em 31 de dezembro de 2019).

- (ii) O saldo está líquido da amortização sobre juros capitalizados no ativo intangível no montante de R\$ 83 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2019).

21 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 239.966, representando aproximadamente 35,81% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2019, esta provisão era de R\$ 247.454, representando aproximadamente 41,99% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	9.342	8.352
Aplicações financeiras	336.263	180.712
Contas a receber de clientes	430.220	341.944
	<u>775.825</u>	<u>531.008</u>

Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea, no exercício atual a Companhia não forneceu nenhuma garantia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

2020							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	58.821	58.821	58.821	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	875.134	1.054.806	172.634	68.223	372.415	43.938	397.596
Outras contas a pagar	6.983	8.955	1.688	1.180	1.090	1.090	3.907
	<u>940.938</u>	<u>1.122.582</u>	<u>233.143</u>	<u>69.403</u>	<u>373.505</u>	<u>45.028</u>	<u>401.503</u>
2019							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	69.724	69.724	69.724	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	477.567	526.494	260.022	141.294	33.447	29.467	62.264
Dividendos a pagar	36.721	36.721	36.721	-	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	121.176	121.176	-	-	-	-	121.176
Outras contas a pagar	9.527	11.836	4.011	1.110	1.020	1.020	4.675
	<u>714.715</u>	<u>765.951</u>	<u>370.478</u>	<u>142.404</u>	<u>34.467</u>	<u>30.487</u>	<u>188.115</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures e outras contas a pagar.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

		Valor Contábil	
		2020	2019
Instrumentos de taxa variável			
<i>Ativos financeiros</i>			
Aplicações financeiras		336.263	180.712
Instrumentos de taxa variável			
<i>Passivos financeiros</i>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures		875.134	477.567
Outras contas a pagar		6.295	6.447
		<u>881.429</u>	<u>484.014</u>

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

			Taxa de juros efetiva a.a. em 2020	Cenários				
Exposição Patrimonial	Exposição	Risco		I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	336.263	Variação do CDI	1,90%	6.389	7.986	9.584	4.792	3.195
2- Passivos financeiros								
Financiamentos	(103.674)	Variação da TJLP	4,55%	(4.717)	(5.896)	(7.076)	(3.538)	(2.359)
Empréstimos e financiamentos	(45.134)	Variação da SELIC	1,90%	(858)	(1.073)	(1.287)	(644)	(429)
Empréstimos e debêntures	(409.570)	Variação do CDI	1,90%	(7.782)	(9.728)	(11.673)	(5.837)	(3.891)
Debêntures	(312.471)	Variação do IPCA	4,52%	(14.115)	(17.644)	(21.173)	(10.586)	(7.058)
1 + 2 – Exposição líquida		(534.586)		(21.083)	(26.355)	(31.625)	(15.813)	(10.542)

Gerenciamento do capital

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de investimentos e aplicações pós fixadas.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2020
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	9.342	-	9.342
Aplicações financeiras	5	336.263	-	-	336.263
Contas a receber de clientes	6	-	430.220	-	430.220
Total		336.263	439.562	-	775.825
Passivo					
Fornecedores e empreiteiros	11	-	-	58.821	58.821
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	-	-	875.134	875.134
Outras contas a pagar		-	-	6.983	6.983
Total		-	-	940.938	940.938
2019					
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2019
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	8.352	-	8.352
Aplicações financeiras	5	180.040	672	-	180.712
Contas a receber de clientes	6	-	341.944	-	341.944
Total		180.040	350.968	-	531.008
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	11	-	-	69.724	69.724
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	-	-	477.567	477.567
Dividendos a pagar	8	-	-	36.721	36.721
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	-	-	121.176	121.176
Outras contas a pagar		-	-	9.527	9.527
Total		-	-	714.715	714.715

Valor justo

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para algumas das operações a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, assim como fornecedores e outras contas a pagar não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é demonstrado abaixo:

	2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Projeto BNDES	124.162	127.450	138.906	143.898
Debêntures	100.625	101.321	101.173	102.606
Debêntures (IPCA)	322.469	347.611	-	-
Notas Promissórias Comerciais	312.047	314.980	207.138	208.148
Capital de giro	29.339	29.339	32.124	32.124
	<u>888.642</u>	<u>920.701</u>	<u>479.341</u>	<u>486.776</u>

Os valores justos dos empréstimos, financiamentos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM & F Bovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

As aplicações financeiras classificadas como valor justo por meio do resultado e a divulgação do valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures são classificadas no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas bases.

22 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a cobertura de seguros era composta por:

	2020	2019
Danos materiais	124.000	90.000
Responsabilidade civil	100.000	100.000
Equipamentos	75	760
Executante concessionário	43.454	55.556
Riscos de engenharia	251.328	154.060

23 Lucro líquido por ação

Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação e o cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias diluídas conforme demonstrado abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro básico e diluído por ação		
Lucro líquido da Companhia	266.521	137.912
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	<u>612.044</u>	<u>612.044</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,44</u>	<u>0,23</u>

A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

24 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui compromisso mensal de pagamento ao Poder Concedente referente à taxa de regulação, que corresponde a 1% do faturamento.

25 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

* * *

Contador

Hugo Rafael Mitz
CRC PR 050369/O-4